

HISTÓRIA E ARQUIVÍSTICA *

SALVATORE CARBONE

Universidade de Calábria, Cosenza, Itália

As diversas correntes metodológicas da historiografia contemporânea têm profundas implicações na doutrina arquivística, entendida quer como tecnologia, quer como pesquisa histórica. No trabalho de reconstituição das séries e fundos, a arquivística foi um fator incisivo no desenvolvimento da historiografia mundial.

A historiografia e a arquivística, com os seus métodos e objetos próprios, desenvolvem-se como disciplinas interdependentes e autônomas.

1. INTRODUÇÃO

Como é sabido, a história se propõe o conhecimento do passado humano e tem como finalidade a pesquisa de uma verdade sabidamente relativa. Mas a imperfeição de certos meios ou o aspecto fragmentário de certas fontes de que o historiador hoje dispõe para alcançar esta verdade não devem ser para ele um motivo de desestímulo; ao contrário, devem encorajá-lo a que dela se avizinha sempre mais, mesmo sabendo que é evolutiva e perfectível.

Sendo a história uma ciência social, indissolúvelmente ligada às demais ciências do homem, o historiador não as deve perder nunca de vista; deve, pelo contrário, valer-se delas e, ao mesmo tempo, com elas colaborar, numa relação de complementaridade e de interdependência.

Algumas dessas ciências eram pouco praticadas no passado; outras, embora sendo conhecidas, só recentemente adquiriram seriedade científica e admitem tornar cada vez mais precisa e estimulante a pesquisa histórica.

* Conferência pronunciada no Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília em 04.06.1981. Trad. Tarcisio Zandonade, a partir dos manuscritos do conferencista.

Lembremos, a propósito disto, a sociologia nas suas várias especializações (sociologia da literatura, da arte, do direito, industrial, econômica, política, sanitária, sociolingüística, etc.), a psicologia (aplicada, da idade evolutiva, das comunicações de massa, etc.), a geografia histórica, a história quantitativa, que se vale da utilização dos computadores eletrônicos e das ciências humanas em geral.

À tradicional divisão escolástica da história em períodos (história antiga, romana, grega, medieval, contemporânea), acrescentam-se, aos poucos, outras especializações, como a história econômica, da indústria, da agricultura, do comércio, da população, das instituições, dos países afro-asiáticos, da Europa Oriental, dos movimentos e partidos políticos, do movimento camponês, do movimento sindical, etc.

Na Itália, após a Segunda Guerra Mundial, sob o impulso da ideologia marxista, coloca-se o destaque sobre a influência do determinismo histórico, e a história idealística, encabeçada pelo historiador-filósofo Benedito Croce, entra em crise.

O historiador que interpretava os acontecimentos partindo do idealismo é substituído pelo historiador que examina os fatos na sua verificação concreta e procura esclarecer a *mistificação* operada no plano ideológico pela *classe dominante*.

É uma história inteiramente conduzida dentro do esquema de luta de classes e sobre o fio condutor do desencontro proletariado-capitalismo, que muito cedo mostra a sua superficialidade, ou melhor, uma esquematização interpretativa limitada, que não se sustenta diante de uma crítica séria.

É necessário reconhecer, entretanto, que esta tendência historiográfica abandona muito cedo a esquematização inicial, fortalece a própria metodologia e desenvolve o aprofundamento crítico dos problemas na pesquisa dialética, articulada e empenhada com aquela verdade, à qual acenamos no início desta palestra.

Os historiadores de orientação filosófica e ideológica diversa reagem, e múltiplos são os interesses e os *feitos* interpretativos, especialmente a partir de 1968, também com relação à contribuição concreta e válida das novas ciências, de que falamos há pouco, e com relação à multiplicação da informação sócio-econômica e política, operada pelos meios de comunicação de massa.

É necessário, de qualquer forma, ter sempre presente que a História permanece como uma ciência social, indissolivelmente ligada às outras ciências e que ela é total na sua concepção.

Honestidade de espírito e coragem moral são as qualidades essenciais do historiador.

O primeiro princípio em que se deve inspirar é o de não ousar escrever nada que saiba ser falso; o segundo, de ousar escrever tudo o que crê ser verdadeiro.

Vejamos, agora, qual é a implicação da doutrina arquivística, em face das correntes metodológicas existentes na historiografia contemporânea.

A Arquivística se propõe estudar e ditar as normas para o arranjo, a conservação e o uso dos arquivos, bem como estudar a estrutura e o conteúdo de cada um dos fundos de arquivo.

Se as técnicas de conservação, os locais, as estantes, o microfilme, a restauração, a umidade, a irradiação dos raios ultravioleta nos depósitos são questões pelas quais a tecnologia arquivística se interessa, por outro lado aquelas relativas ao arranjo, ao uso, ao estudo da estrutura e do conteúdo dos arquivos se classificam sob a metodologia da pesquisa histórica, da qual constituem um aspecto essencial.

O trabalho num Arquivo permanente ou histórico deve apresentar um plano organicamente concebido, em cujo âmbito o arranjo e a inventariação são considerados como compreensão gradualmente aprofundada dos documentos. Parte-se, na verdade, de uma organização sumária, em que se identificam e descrevem os vários fundos com as respectivas séries; depois, num segundo momento, passa-se a individualizar a lógica da existência de cada uma das séries, especialmente mediante o estudo das competências e da atividade desenvolvida pelas entidades produtoras de cada um dos fundos.

Os documentos adquirem, de tal forma, um novo significado, à medida que são identificadas, pelo arquivista, as relações que as ligavam à história jurídica, social, política dos Estados, das instituições, das famílias e das pessoas que as haviam produzido. O arquivista lhes atribui o lugar que tinham originalmente no arquivo em formação, servindo-se da tabela de classificação; ou então, caso falte esse elo genuíno, espontâneo e orgânico entre os documentos, constituído exatamente pela classificação — deve-se reconstituí-la idealmente, seguindo o método histórico, de maneira que os documentos, na sua sucessão ordenada e lógica, representem verdadeiramente o testemunho do passado.

A organização concebida desta maneira significa compreensão da história da administração, da instituição, da família e da pessoa que deu origem ao arquivo.

Em função desta história, cada um dos documentos reencontra o seu significado mais genuíno e autêntico se se consegue recolocá-lo na série original, em que necessariamente se encontrava no arquivo em formação.

Na prática, cada arquivo, cada série, constitui um problema particular, que o arquivista deve saber compreender e resolver, utilizando não uma estereotipada e servil cultura episódica, mas toda a sua personalidade de estudioso, capaz de sintetizar, numa visão orgânica, os modos e as circunstâncias da formação do arquivo que ele deve organizar, repetindo em si mesmo as exigências dos contemporâneos quando orientaram a sua constituição.

Cada uma das partes é, desta forma, inserida nas séries, e as séries nos fundos aos quais pertencem, e os fundos — como também as coleções, que num arquivo nunca deixam de existir — na totalidade do Arquivo. As séries e os fundos, organizados desta maneira, apresentam-se em estreita relação ideal com aquelas funções e com aquelas competências das administrações, para cujo desenvolvimento tinham outra contribuição.

A Arquivística — como se começa a entrever — é escola viva, que deve ser realizada, sobretudo, entre os documentos, dia-a-dia, à luz de uma metodologia que se propõe somente o problema do modo como a cultura de cada organizador pode ser posta a frutificar, ao proceder à sua organização e à inventariação.

À sua autonomia, a Arquivística deve unir uma outra característica, que é a da imparcialidade (*avalutatività*) no seu modo de proceder, da qual deriva o fato de que o Arquivo serve tanto à história descritiva quanto à problemática, tanto a uma ideologia conservadora quanto à revolucionária, como também a todas aquelas disciplinas que, nas fontes documentárias conservadas em arquivo, possam encontrar respostas e soluções aos seus problemas. Em outras palavras, a imparcialidade obriga o arquivista a abster-se intencionalmente de avaliar os conteúdos e as possíveis utilizações historiográficas dos documentos, critério que deve presidir cada uma das fases da atividade do arquivista cientificamente honesto e profissionalmente capaz.

A Arquivística, na sua autonomia, talvez caminhe à frente dos tempos e indique também novos filões de pesquisa. Citemos alguns grandes temas tratados nos congressos internacionais de arquivos, lembrando que os mesmos temas foram antes debatidos nos congressos nacionais das várias associações de arquivistas:

- Arquivos e documentação;
- Os arquivos e a história da arte;
- Os museus históricos dos arquivos;
- Os arquivos administrativos;
- Os arquivos modernos e as pesquisas econômicas e sociais;
- A atividade dos arquivos no mundo (na lista, está ausente o Brasil);
- Os arquivos econômicos;
- Os arquivos da literatura e da arte;
- Os arquivos da arquitetura;
- Os arquivos dos sindicatos e dos movimentos operários.

Além disso, por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos, acham-se em estado avançado de realização volumosos trabalhos, com a colaboração dos Arquivos do mundo inteiro. Assinalamos a *Guida delle fonti per la storia dell' America Latina*, em vários volumes.

Atualmente nenhuma pesquisa científica pode ser considerada uma obra tranqüila, com uma orientação traçada de uma vez por todas.

O rompimento da historiografia com as formas tradicionais do século XIX é recente. Com relação à França, recordem-se Lucien Febvre, Fernand Braudel e *Les Annales*, Riggiero Romano, que se interessou pela América Latina e de quem assinamos o livro sobre a conquista da América centro-meridional, *La croce e la spada*. Este rompimento se processou em benefício da história econômica e social, em detrimento da história política.

Mas sobre o que se baseia a Arquivística, quando se desvincula da posição de serva da História e se considera como ciência?

Para uma resposta precisa e exaustiva, ainda que necessariamente esquemática, devemos retornar às origens da base científica desta disciplina.

As primeiras regras que estabelecem como organizar o arquivo encontram-se nos tratados de direito, nos estatutos e nas coleções de leis e regulamentos que presidem o funcionamento das antigas magistraturas (*uffici*).

Naquela época, o arquivo serve à Administração para defesa própria e fundamentação de exigências. É, por conseguinte, um título jurídico necessário à tutela dos direitos e dos privilégios do "príncipe". O arquivo é "secreto", e quem o consulta para dele retirar documentos "históricos" é sempre um erudito, pessoa de confiança do monarca ou do príncipe. Nas normas sobre os arquivos se insiste, além disso, no fato de que os documentos "antigos" não podem ser comunicados nem mesmo aos ministros, sem expressa autorização do soberano.

Ainda nesse período de regime absoluto, à medida em que se formam os estados nacionais ou os principados, ou seja, quando muda a forma de governo, têm início as primeiras concentrações de arquivos públicos das magistraturas cessantes.

Na Áustria, nos primeiros decênios de 1500; no reino de Nápoles, entre 1540-1545, teve lugar a concentração dos Arquivos da Chancelaria do período de Anjou e Aragão; na Espanha, Felipe II, reagindo contra a dispersão dos documentos, reuniu no castelo de Simancas o "tesouro da Corte de Castela" e a documentação acumulada junto aos depósitos dos diversos Conselhos reais e nos órgãos da fazenda pública. Realizou, desta maneira, o primeiro arquivo histórico de importância fundamental.

Em 1566, Pio V aperfeiçoou a concentração dos arquivos de interesse da Igreja; em Parma, a concentração teve início em 1592; em Florença (grão-ducado de Toscana) em 1568.

Aparecem, ao mesmo tempo, os primeiros pequenos tratados em que os problemas que dizem respeito aos arquivos e à sua organização são tratados de maneira autônoma. Lembremos o de Jakob von Rammingen, publicado em Heidelberg (Alemanha), em 1571; o *De archivis*, de Baldassare Bonifacio, em 1632; o *Methodus Archivorum*, de Nicolò Giussani; o tratado sobre a organização dos arquivos, de Le

Moine; e, ainda, Batteney e Chevières, na França; Mader, Fladt e Spiess, na Alemanha; Albertino Barisone, Maffei e Muratori, na Itália. E não foi acidentalmente que os primeiros tratados sobre os arquivos vieram a lume quase ao mesmo tempo que os primeiros manuais de *historica*, como os de Vessio e de Mascardi. É verdade, entretanto, que nem de uns nem de outros se pode pretender clareza e precisão de idéias, porque uma doutrina em vias de elaboração e, por conseguinte, sujeita a discussões e esclarecimentos, não pode ser reduzida e apresentada em um manual senão de maneira imperfeita.

Também a ciência diplomática, proposta no famoso tratado *De re diplomatica* de Mabillon, na qual se fala da crítica metódica dos documentos, dá à Arquivística uma outra base interessante para um aprofundamento crítico.

Sobre aquelas primeiras concentrações os arquivistas compilaram durante os séculos XVII e XVIII um considerável número de trabalhos, e, ainda hoje, na Itália, Espanha, França e Alemanha, os historiadores trabalham servindo-se, às vezes, daqueles instrumentos de pesquisa compilados pelo menos há dois séculos.

O método de organização sugerido nos manuais é, sobretudo, o de assunto (Le Moine e Chevières), enquanto o enciclopedismo faz sentir a sua influência no *Cadre de classement*; na Áustria e nos estados dependentes o ministro de Maria Teresa, Kaunitz, impõe o desmembramento dos fundos para estabelecer uma grandiosa reorganização por assunto. Em Milão tal organização foi imposta e levada adiante pelo diretor Perone e, em vista disto, veio a ser chamado *sistema peroniano*. Felizmente, com o acesso aos arquivos, a partir da Revolução Francesa cria-se um movimento científico, alimentado pelos historiadores, que desejam publicar os documentos inéditos. Iniciam-se as grandes coleções como *Documents inédits de l'Histoire de France* (mais de 2.000 volumes); *Calendars*, pelo Public Record Office, da Inglaterra; *Rerum italicarum scriptores*, os *Annali della Storia d'Italia*, de Muratori; os *Monumenta Germaniae historica*. Na América Latina encontramos *Los Archivos de la República Argentina*, de José Revello de Torre e *Gli Archivi del Paraná e Santa Fé*, do Pe. Antônio Larrov, 1908.

Publicam-se, também, muitos boletins que ilustram fontes arquivísticas no Peru, Cuba, Paraguai, Venezuela, Colômbia e Brasil.

A Igreja abre ao público, com muita cautela, os seus arquivos em 1881, enquanto, já em 24 de abril de 1841, uma circular ministerial na França sugere o *respect du fonds*. O arquivista Natalis de Wailly, talvez o inspirador da circular, algumas semanas mais tarde publica um ensaio, no qual apresenta uma justificação teórica do *respect du fonds*, que representa o fundamento da arquivística moderna, ainda mesmo que na Itália se tenha desenvolvido, nos últimos cinquenta anos, uma literatura relativa à arquivística, entendida também como história da estrutura dos arquivos de instituições em particular, por influência, sobretudo, de Panella e Concetti.

Na Itália, já a partir dos primeiros decênios de 1800, a questão do método histórico é tratada nos relatórios manuscritos dos arquivistas, dirigidos às autoridades políticas, e encontra uma primeira organização científica nos escritos do Superintendente dos Arquivos Toscanos, Francisco Bonaini, por volta dos anos 50 do século XIX.

Mas a obra fundamental e clássica a respeito do acervo é a dos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, *Manuale per l'ordinamento e la descrizione degli Archivi*, traduzida em várias línguas entre 1908 e 1910, e recentemente também no Brasil, graças à Associação dos Arquivistas e Bibliotecários.

Esta obra, ainda que um tanto dogmática, continua a ser muito preciosa no que diz respeito à temática das classificações.

Naturalmente há muito a ser feito para aperfeiçoar este método, porque cada acervo de arquivo se apresenta com características e peculiaridades particulares que o arquivista deve ser capaz de resolver, contando com sua preparação profissional e com sua experiência.

Em 1934 também os Estados Unidos constituem o seu grandioso arquivo federal em Washington, para receber os documentos dos órgãos federais. Foi concebido com um espaço suficiente para, pelo menos, cinquenta anos, mas depois de apenas quinze anos não tinha mais espaço. Na verdade, desde o "New Deal" de 1931, até 1941, ou seja, em apenas dez anos, os serviços federais do "estado social" tinham produzido uma massa de documentos dez vezes superior àquela produzida nos 157 anos precedentes, ou seja, desde a fundação da União em diante.

Na base de cada investigação histórica está a busca das fontes. O estudo do arquivo serve também para formular uma metodologia da pesquisa.

O historiador, consultando os inventários que descrevem séries arquivísticas completas e preparadas seguindo o método da imparcialidade, escolhe e organiza as "suas" fontes, com base nas "suas" idéias de valor.

Por esta razão, é verdade que o historiador e o arquivista têm um único ponto de partida, constituído pelos documentos, mas o arquivista não os avalia nem os interpreta individualmente, mas os considera em seu complexo (arquivo do órgão produtor).

O objeto do estudo do arquivista é o arquivo na sua integridade e na sua estrutura que ele reorganiza e, em seguida, descreve inteiramente no inventário; a reconstrução do historiador, por outro lado, é seletiva.

A Arquivística serve ao encaminhamento à pesquisa, ao conhecimento direto e à utilização crítica da documentação conservada nos arquivos; para realizar este in-

tento, deve estabelecer critérios próprios de verdade mediante uma lógica e uma metodologia próprias.

Sabe-se que a história é definida também como ciência dos homens no tempo. Mas os *vestigia* (documentos escritos), deixados pelo homem (sociedade) no curso dos tempos, devem ser estudados pelo arquivista na sua multiplicidade e complexidade dos testemunhos produzidos em tempos e por povos diversos.

A Arquivística, portanto, representa uma *metódica* particular, conhecedora de fatos humanos e, como tal, é uma disciplina científica possuidora de um alto significado cultural.

Deve apresentar-se à historiografia como elemento necessário e não como vã erudição. A Arquivística não é uma mera ciência de classificação, não é nem mesmo uma ciência que possa criar *ex novo* finalidades que não existem; mas é uma ciência capaz de compreender e reorganizar historicamente as finalidades atuais do arquivo, e, ao mesmo tempo, aperfeiçoá-las e relacioná-las com toda uma realidade que não é mais a do arquivo.

Esta realidade extra-arquivística é o mundo da pesquisa no seu aspecto formal, ou seja, a exigência científica no sentido mais vasto do termo.

Se, por outro lado, se considera o arquivo como "coisa", tem-se a conseqüente subordinação dos seus fins, que, ao contrário, são inalienáveis e autônomos em face de uma pesquisa em particular (matéria).

Por esta razão, o arquivo entendido na sua organização por fundo (método histórico) é um "fato" histórico em vias de desenvolvimento.

A Arquivística, portanto, é a síntese de finalidades atuais e de finalidades potenciais. A ciência arquivística, durante o trabalho de reorganização, não somente reconhece todos estes fins, mas os considera de acordo com a sua forma e segundo o seu conteúdo e, por isso, os toma como critério diretor da sua ação.

Um inventário, portanto, será tanto mais perfeito quanto mais houver sabido realizar um equilíbrio entre todas as finalidades.

Concluindo, uma disciplina arquivística não pode ser entendida de outra forma, senão como método cognoscitivo do complexo dos documentos que compõem um arquivo.

O objeto da Arquivística é o arquivo, entendido também como fato social, quer no seu complexo, quer nos vários aspectos que implicam relações com outros arquivos (finalidades).

A Arquivística estuda a autoformação do arquivo, que é um fato histórico.

Parece, portanto, evidente que o documento individual — repetimo-lo — como dado de evidência de um fato individual não pode constituir a base da problemática arquivística, a qual se fundamenta essencialmente no complexo dos documentos.

Isto significa que:

- 1) a interpretação textual do documento, em seu sentido jurídico e diplomático estrito, é tarefa do paleógrafo e do diplomata, mesmo que o arquivista "deva" conhecer o assunto;
- 2) ao historiador interessa a interpretação do conteúdo do documento em relação a determinados valores;
- 3) o arquivista, por outro lado, interpreta os acervos arquivísticos, estabelece a sua gênese e proveniência, os reconstrói, colocando-os em seu ambiente histórico, e traça os seus liames jurídicos com outros arquivos.

No dia em que a Arquivística tiver que abandonar o vasto campo de investigação, por nós indicado, para se reduzir a simples técnica do fichamento acríptico dos acervos do arquivo ou a uma diplomática prática nos arquivos em formação, não será apenas o seu fim, mas também a pesquisa histórica nos arquivos sofrerá um contragolpe.

Os estudiosos da história, na verdade, nas salas de consulta não se acharão mais em contato com outros estudiosos, ou seja, com os arquivistas animados pela mesma sensibilidade histórica, mas com técnicos, cuja tarefa precípua será a de fichar, microfilm, automatizar dados com mentalidade de documentalista.

Abstract History and Archivistis

The various methodological approaches of the contemporary history have deep implications on the archive principles, understood both as technology, and as historical research. In the work of reconstruction of series and collections, the archivistis was an incisive factor in the development of the world history. History and archivistis with their methods and specific objects, develop as interdependent and autoumous disciplines.